

APRESENTAÇÃO **DIÁLOGOS ACADÊMICOS EM DIREITOS HUMANOS**

Isabella Christina da Mota Bolfarini

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
isabella.bolfarini@ueg.br

Douglas Santos Mezacasa

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
douglas.mezacasa@ueg.br

A concepção e a elaboração deste dossiê derivam do projeto "Diálogos Acadêmicos em Direitos Humanos", sob a coordenação da Professora Doutora Isabella Christina da Mota Bolfarini. Nele, é possível encontrar pesquisas que abarcam os Sistemas Regionais de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, Políticas Públicas de Inclusão Social, Diversidade Cultural, Gênero, Raça e Etnia na Educação, Direitos Humanos e Tecnologias, entre outras temáticas que compõem o cerne deste dossiê. O compêndio temático, intitulado "Diálogos Acadêmicos em Direitos Humanos", reflete a convergência de ideias, pesquisas e reflexões essenciais para o avanço e consolidação dos direitos humanos em âmbito nacional e global.

Neste sentido, o dossiê é composto por vinte e um artigos que discutem as temáticas citadas e, serão apresentados a seguir:

No primeiro artigo, intitulado "A evolução da proteção de mulheres e meninas e das questões de gênero nas sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos" de autoria de Isabella Christina da Mota e Bolfarini Ynes da Silva Félix aborda a análise evolutiva das questões de gênero no âmbito da competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos buscando entender qual a abrangência da proteção de mulheres e meninas e das questões de gênero na agenda interamericana.

Na sequência, o artigo de Stella Victória Costa Moraes, Juliana Adono da Silva e Douglas Santos Mezacasa analisa a Opinião Consultiva nº26/2020 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, acerca da permanência das obrigações consoantes às ações de proteção dos direitos humanos das mulheres, sob a égide dos direitos à igualdade de gênero.

O artigo "Os desvios da democracia no Brasil: uma análise do pleito pelo regime ditatorial militar", dos autores Ricardo Oliveira Rotondano e Daniel Souto Novaes se debruça

sobre a recente conjuntura política nacional, na qual o discurso ditatorial é resgatado e disseminado abertamente, em uma tentativa de caracterização deste como alternativa viável para solucionar problemáticas como a criminalidade e a corrupção.

O quarto artigo, intitulado “A sustentabilidade como pauta na agenda do sistema interamericano de direitos humanos” da autora Paula Monteiro Danese, está baseado nas obrigações internacionais de Direitos Humanos dos Estados nos casos em que as empresas estão, de alguma forma, envolvidas na realização ou afetação desses direitos, reunindo, alguns pronunciamentos que foram feitos no Sistema Interamericano em relação ao assunto.

O texto “*Aportes para una educación en ciudadanía global: el modelo de Naciones Unidas de la UNQ 2019*” dos autores Matías Penhos e Cecilia Touris, da *Universidad Nacional de Quilmes*, discute um tema fruto do projeto de extensão “*Levanta la mano: El derecho a vivenciar el espacio intersubjetivo*” uma iniciativa sócio-comunitária que vem explorando, conjuntamente, linhas de extensão, ensino e pesquisa.

O artigo “A atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos na proteção e defesa do direito ao trabalho decente: apontamentos aos casos contra o estado brasileiro” de Brenno Augusto Freire Menezes, da Universidade Federal de Pernambuco, busca analisar a atuação da Corte nos Casos “Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil” e “Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus Vs. Brasil”, observando os reflexos para a sociedade brasileira e as dificuldades enfrentadas para o seu efetivo cumprimento.

O sétimo artigo “Quando a comoção altera as leis: estudo sobre o direito catástrofe” escrito por Eliézer Cardoso de Oliveira e Daniele Roberta de Oliveira Carvalho, visa analisar as alterações nas leis a partir da comoção gerada por uma catástrofe, utilizando das reflexões de Michel Foucault sobre a prática jurídica e realçando a presença das relações de poder e a ausência de uma racionalidade na evolução das leis.

No oitavo artigo, “Eu acordo ainda de noite para vir pra escola: demandas das crianças do campo de Uruaçu-GO” relacionadas ao transporte escolar para a pauta de educação em direitos humanos”, de Cláudia Regina Vasconcelos Bertoso Leite, Cleide Maria de Moraes e Alícia Vieira de Sousa discute dados revelados no diálogo com crianças moradoras do campo e profissionais das escolas que elas frequentam.

O texto “A relação entre gênero e dinheiro na sociedade brasileira” escrito pelas autoras Isabella Christina da Mota Bolfarini, Juliana Leme Faleiros e Renatha Cândida da Cruz, pensa a relação entre poder econômico e gênero no intuito de apreender as contradições que

organizam as relações sociais no Brasil. A problematização deste artigo, portanto, reside em relacionar e analisar a relação entre gênero e dinheiro/poder econômico na sociedade brasileira.

A autora Ana Paula Sefrin Saladini, escreveu o artigo “Ainda sobre mulheres, trabalho e responsabilidades familiares” e investiga como a divisão sexual do trabalho e os papéis de gênero impactam as oportunidades das mulheres no mercado de trabalho. O trabalho, também, analisa instrumentos internacionais de proteção de trabalhadores com encargos de família, apontando como a compatibilização dessas atribuições é uma questão de gênero,

O decimo primeiro artigo, denominado “A história do Sistema Único de Saúde como instrumento de mensuração do autoritarismo no Brasil” que aborda o processo de construção do direito humano a saúde no contexto capitalista brasileiro, analisa a luta social que culminou na criação do Sistema Único de Saúde na Assembleia Nacional Constituinte. Ele demonstra que a luta pelo direito humano a saúde no Brasil é historicamente muito mais ampla e complexa. Este artigo foi escrito por Juliana Alves Ferreira, Carlos Augusto de Oliveira Diniz e Danielle Bogo.

O artigo “Educação em direitos humanos para a memória e não repetição das graves violações ocorridas durante “política de profilaxia da lepra” no Brasil do século XX”, escrito por Mariana del Rocio Aguilar Bobadilla, Pedro Pulzatto Peruzzo e Vanessa Corsetti Teixeira, tecem reflexões de pesquisadores da “Rede de Pesquisa em Direitos Humanos, diversidade e vulnerabilidades” em torno de pesquisas interdisciplinares em direitos humanos, diversidade e vulnerabilidades, que compartilharam experiências de metodologias ativas de ensino, como o estudo de casos e cenários.

“Gênero e sexualidade como dados sensíveis na Lei Geral de Proteção de Dados” é um artigo escrito por Pedro Augusto Gil de Carvalho, Marcos César Botelho e Jordy Arcadio Ramirez Trejo que buscam analisar em que medida a LGPD inclui o gênero e a sexualidade como categorias específicas para o tratamento de dados pessoais. O texto examina os conceitos de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis na Lei Geral de Proteção de Dados e correlaciona o gênero e a sexualidade com a categoria dos dados sensíveis.

Na sequência, Tiago Rege de Oliveira e Yann Dieggo Souza Timótheo de Almeida, escreveram o artigo “O processo de desenvolvimento dos direitos fundamentais e suas dimensões históricas” e analisam o desenvolvimento histórico dos direitos fundamentais e de suas dimensões enquanto fases históricas da posituação destes direitos. Ressaltam que entender o processo evolutivo dos direitos fundamentais é compreender a história da limitação do poder do Estado e o estabelecimento de direitos e garantias fundamentais à dignidade humana.

Rafael Altoé e Fernando de Brito Alves, da Universidade Estadual do Norte do Paraná, escreveram o artigo “As novas emergências do constitucionalismo digital: o futuro da tutela dos direitos essenciais” onde propõem a discussão sobre o constitucionalismo digital na atualidade, averiguando-se o horizonte dos direitos essenciais dentro desse ambiente que exigirá a construção de um novo modelo.

O texto intitulado “A exclusão digital como forma de violação dos direitos humanos” elaborado por Camila Paula de Barros Gomes, aborda a sensível questão da exclusão digital e dos impactos por ela causados no exercício da cidadania. Em seu escrito, propôs a criação de políticas públicas para evitar a ampliação da já imensa massa de excluídos sociais que vivem no país.

“O Rap do Pequeno Príncipe contra as almas sebosas” escrito por Neilson Silva Mendes e Michelle Gusmão Oliveira, busca compreender, a partir da análise do filme que dá nome a este artigo, “O Rap do Pequeno Príncipe Contra as Almas Sebosas”, a relação entre a estrutura das cidades e o quadro de violência presente no documentário.

Dirceu Pereira Siqueira e Mayume Caires Moreira escreveram o artigo “Reflexões sobre a inclusão digital sob a ótica da cidadania no contexto das tecnologias da informação e comunicação” onde analisam a inclusão digital sob a ótica da cidadania no contexto das tecnologias da informação e comunicação (TICs), e realizam uma intersecção com o desenvolvimento da personalidade e os direitos da personalidade.

“Saindo da bolha (ou não): diálogo entre o filme “Barbie” e os papéis de gênero” escrito por Apoema Carmem Ferreira Vieira Domingos Martins Santos, Ana Cristina Cremonesi e Paulo Henrique de Souza Freitas, por meio de uma análise crítica do Direito, questionam em que medida o filme retrata integralmente as desigualdades enfrentadas pelas mulheres.

E, por fim, Phillippe Cupertino Salloum e Silva e Gabriel Nascimento de Castro escreveram “Reflexões acerca da construção da identidade cigana no Brasil a partir de uma perspectiva biográfica” e objetiva refletir de que modo a trajetória de vida da liderança política da etnia Calon Maria Jane Soares Targino Cavalcante pode contribuir para pensar a construção da identidade cigana no Brasil, a partir de uma perspectiva antropológica e dos direitos humanos.

Em conclusão, ao percorrer as páginas deste dossiê, evidencia-se que os desafios em matéria de direitos humanos são complexos e multifacetados. As análises minuciosas e as informações apresentadas buscam, antes de tudo, instigar um senso crítico reflexivo. Os escritos revelam a necessidade urgente de uma abordagem coletiva e comprometida na promoção e

proteção dos direitos humanos, na ordem nacional e internacional. Que este dossiê sirva não apenas como um registro documental, mas como um chamado à ação, desafiando-nos a questionar, a debater e a agir para construir um mundo onde a dignidade humana seja inegociável e os direitos de todos sejam respeitados. Que a reflexão aqui proposta se transforme em um impulso para uma mudança significativa, conduzindo-nos em direção a uma sociedade mais justa, compassiva e comprometida com a democracia.

Os organizadores!